

## Produtora de gasolina entra na mira do fisco de SP

Nicola Pamplona

rio de janeiro Com um crescimento abrupto nas vendas de gasolina a partir do segundo semestre de 2020, a produtora de combustíveis Copape entrou na mira da Secretaria de Fazenda de São Paulo, que investiga suspeitas de fraude no recolhimento de impostos estaduais.

Na semana passada, a empresa obteve liminar contra um regime de fiscalização especial implantado pelo fisco paulista desde março, após denúncias de concorrentes. A empresa nega fraudes, diz que a fiscalização é abusiva e que vem sendo perseguida pelo "poderoso oligopólio dos combustíveis".

A Copape é cadastrada na **ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis)** como uma formuladora, tipo de empresa que produz combustíveis a partir de derivados de **petróleo** já prontos - diferentemente de uma refinaria, que usa o **petróleo** como matéria-prima.

Em 2019, produziu uma média de 7 milhões de litros de gasolina por mês, com picos superiores a 9 milhões em julho, novembro e dezembro. Entrou em 2020 com produção em queda, acompanhando o sumiço do mercado após o início da pandemia.

A partir de julho, porém, suas vendas de gasolina dispararam, chegando a bater 146 milhões de litros em dezembro - volume equivalente, em apenas um mês, a quase o dobro do registrado em todo o ano anterior. No início de 2021 continuou em alta, com média de quase 150 milhões de litros por mês.

Controlada pelo mesmo grupo e sua principal cliente, a distribuidora de combustíveis Aster **Petróleo** também vem surfando a onda: entre 2020 e 2021, mais que dobrou sua fatia no mercado brasileiro de gasolina, segundo dados da **ANP**.

A Copape importa a nafta **petroquímica** que usa como matéria-prima para sua gasolina pelo porto de Paranaguá (PR) com destino ao Tocantins, onde o ICMS é de apenas 1% - em São Paulo, esse percentual é de 25%.

O recolhimento do imposto em outro estado chegou a ser proibido, mas o Supremo decidiu, em 2020, que não é ilegal.

A Folha apurou que a Secretaria de Fazenda de São Paulo investiga o uso de outras estratégias fiscais que podem lesar os cofres estaduais, dentre eles o uso de créditos tributários irregulares e a prática de preços superfaturados para recolher menos impostos de seus clientes.

Há dúvidas também sobre a matéria-prima usada pela empresa: o estado busca confirmar se elavem usando nafta, que tem imposto de importação mais barato, ou já importa gasolina semiacabada para apenas adaptar o produto à especificação brasileira.

As vendas da empresa explodiram após mudança no comando em junho, quando a família Ruiz Santiago, antigos controladores, repassaram o negócio a um fundo de investimentos chamado Location. A mudança chamou atenção da Fazenda por não identificar as pessoas físicas por trás do fundo.

Em parecer contrário à renovação de cadastro, técnicos da Fazenda destacam que "é de conhecimento geral" que empresas controladas por "laranjas" podem causar danos ao fisco, pela dificuldade na identificação dos responsáveis pelo pagamento por eventuais irregularidades.

O regime especial de fiscalização foi imposto após notícias sobre a nova composição societária. Nesse regime, a companhia tem a obrigação de pagar impostos na emissão de cada nota fiscal de vendas, e não uma vez por mês, como é comum.

No início de junho, estabeleceu prazo de 30 dias para que renovem suas inscrições estaduais, com a identificação dos proprietários.

Ao pedir a liminar contra a fiscalização estadual, a Copape alega que vem tendo "sérios prejuízos mercadológicos, eis que lesa a sua imagem ante os seus compradores, que deixam de adquirir suas mercadorias".

Para especialistas, a situação da Copape levanta questões sobre a legislação para formuladores de combustíveis e os efeitos da guerra fiscal entre estados. Atualmente, há três empresas desse tipo em operação e uma com pedido de registro na AN R

Alguns estados têm beneficiado a importação de combustíveis, o que gera problemas concorrenciais com as refinarias, segundo o setor. Na quinta (24), o **IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo)** divulgou nota questionando benefícios na Zona Franca de Manaus, alvo de debate no Congresso.

"A manutenção dessa condição não isonômica na ZFM tem conferido a algumas empresas uma vantagem competitiva relevante na comercialização de combustível importado em detrimento da produção de combustíveis na região", diz o texto.

O governo de São Paulo já pediu ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) revisão das regras tributárias sobre os formuladores para equipará-los às refinarias de combustíveis, reduzindo o prazo para pagamento dos impostos.

Empresa afirma que produtividade permite preço menor

#### OUTRO LADO

Em nota, a Copape diz que a empresa e a Aster foram adquiridas por um "um fundo de investimentos bastante estruturado", deixando de ser empresas familiares e passando para uma estrutura profissionalizada de gestão, buscando ganhos de mercado.

O crescimento das vendas, diz, "é fruto da profissionalização da empresa e de investimentos em produtividade e redução de custos". A companhia diz que as estratégias comerciais de empresas privadas não devem ser discutidas publicamente, mas "que não existe nenhuma ilegalidade sendo cometida".

"Ocorre que, ao conquistar sucesso comercial, Copape e Aster estão desagradando ao poderoso oligopólio dos combustíveis, que se mantém no Brasil há décadas, dominando um importante setor da economia", diz. "Temos sido alvo da perseguição desse grupo organizado."

A empresa diz que tem investido em governança corporativa e **compliance**, mas que vem tendo prejuízos financeiros e à sua imagem por ter se tornado alvo de operações da Polícia Civil, da **ANP** e do governo estadual. "Vale destacar que em todas as operações não foram identificadas quaisquer irregularidades."

# Produtora de gasolina entra na mira do fisco de SP

Por **Waldyr Pungfuss**

**uma em outra.** Com um cronograma de vendas que varia de gasolina a partir de agosto do ano-que-vem, a produtora de combustíveis Copagape entrou na mira da Secretaria de Fazenda do São Paulo, que investiga suspeitas de fraude no recolhimento de impostos estaduais.

Na semana passada, a empresa obteve licença para um regime de fiscalização especial implementado pelo fisco paulista desde março, após denúncias de contornos ilícitos. A empresa nega fraudes, diz que a fiscalização é abusiva e que tem sendo prejudicada pelo "problema de qualidade dos combustíveis".

A Copagape é controlada no ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) como uma derivadora, tipo de empresa que produz combustíveis a partir de derivados de petróleo primários — diferentemente de uma refinaria, que usa o petróleo como matéria-prima.

Em 2008, produziu uma tonelada de derivados de base de gasolina por mês, com parte superior e a inferior em julho, novembro e dezembro. Entre outras coisas, conseguiu em agosto, ao comprar combustível sem o devido aprovação da gasolina.

A partir de julho, porém, suas vendas de gasolina dispararam, chegando a bater 141 milhões de litros em dezembro — volume equivalente, em alguns casos, a que se o dobro do registrado em todo o ano anterior. No início de 2009, continuou em alta, com média de quase um milhão de litros por mês.

Controlada pelo mesmo grupo e sob a direção de com-

panhia Base Petróleo também vem surfando a onda desde 2007 e 2008, mês que deixou sua taxa no mercado brasileiro de gasolina, segundo dados do ANP.

A Copagape impõe a multa por suposto que usa como matéria-prima para suas gasolinas pelo porto de Paranaguá (PR) com destino ao TCU (Tribunal de Contas da União), onde o TCU é de apenas 1% — em São Paulo, com percentual de 10%.

O recolhimento de impostos em contramão de regras que permitem o pagamento de impostos, em caso, que não é ilegal.

A Folha apurou que a Secretaria de Fazenda do São Paulo investiga o uso de informações estratégicas que podem levar os crimes econômicos, dentre eles o uso de recibos tributários irregulares e a geração de preços superfaturados para receber mercadorias de seus clientes.

Em outras palavras, a multa já foi enviada para a empresa e o estado base a certificação se ela não atender, o que tem impedito a importação de matéria-prima, ou a exportação de gasolina para outros estados, que apenas adaptar o produto à especificação brasileira.

As vendas da empresa em produção após mudança no comando em junho, quando a família Base Petróleo, antiga controladora, separaram-se negativas em fundo de investimentos — chamado Localton. A mudança obteve aprovação da Fazenda por não identificar as pessoas físicas por trás do fundo.

Das peças em controle à renúncia de Antônio, irmão da Fazenda alegando que "o de combustível para" que empresas controladas por "tarifas" podem causar danos ao fisco, pela dificuldade na identificação dos responsá-

veis pelo pagamento por eventuais irregularidades.

O regime especial de fiscalização foi imposto após notificações sobre a nova legislação societária. Nesse regime, a companhia tem a obrigação de pagar impostos na ocasião de cada nota fiscal de vendas, e não uma vez por mês, como é costume.

No caso de junho, este último prazo de 30 dias para que fossem os dados de vendas, com a inclusão de informações.

Ao pedir a fiscalização especial, a Copagape alega que tem todos os meios jurídicos mercantileiros, em que tem a sua imagem não em seus produtos, que deixam de seguir os mercados.

Para especialistas, o pedido da Copagape mostra que há uma legislação para formalização de combustí-

veis e créditos da produção em outros estados, incluindo as outras empresas desde o seu ano-que-vem e suas operações de registro no ANP.

Alguns estados têm beneficiado a importação de combustíveis, o que gera grandes consequências com as refinarias, segundo o setor. Na quinta (14), o ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) em São Paulo, na Zona Franca de Manaus, além de outras no Congresso.

A manutenção de uma comissão técnica na ZFM (Zona Franca de Manaus) com contribuições a algumas empresas para uma comissão com poderes para emitir pareceres sobre a produção de derivados em determinados estados, em que há a produção de derivados de petróleo.

O governo de São Paulo pediu ao Conselho Nacional de Política Econô-

mica revisão das regras tributárias sobre as formalidades para registrar as informações de combustíveis, incluindo o prazo para pagamento dos impostos.

## Empresa afirma que produtividade permite preço menor

**OUTRO LADO**

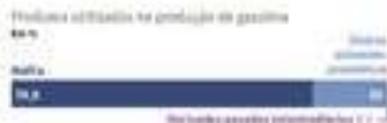
De novo, a Copagape diz que a empresa e a Anp foram selecionadas por um "comitê de investimento" com um "comitê de seleção de empresas" para a produção de derivados de petróleo, buscando ganhar de mercado.

O crescimento da produção, diz, "é fruto da profissionalização da empresa e de melhoramentos em produtividade e redução de custos". A companhia diz que as estratégias comerciais de um pouco de vendas não devem ser discutidas publicamente, mas "que o mercado se beneficiou da qualidade sendo comercial".

"Sabemos que, ao comprar os nossos produtos, Copagape e Anp estão atuando dentro do poder de compra dos combustíveis, que se mantêm no Brasil de forma, aumentando um importante setor da economia", diz. "Se não há o devido aproveitamento de recursos, isso é uma perda para a economia".

A empresa diz que não se trata de uma produção, e que os preços são determinados pelo mercado. "Se não há o devido aproveitamento de recursos, isso é uma perda para a economia", diz. "Se não há o devido aproveitamento de recursos, isso é uma perda para a economia", diz. "Se não há o devido aproveitamento de recursos, isso é uma perda para a economia", diz.

## Crescimento nas vendas



Fonte: ANP